



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEGE/SESVIÇO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL



Informação nº 466/2015 - Seleg

Brasília-DF, 9 de abril de 2015.

Processo nº 11980/2010 (4 volumes)

Interessado (a): SEGE

Assunto: Acumulação de rendimentos

Ementa: Acumulação de rendimentos. Incidência teto remuneratório. Decisão 04/2015-AD. Despacho 021/2015-SEGE. Questionamentos SEPAG. Considerações.

Senhor Chefe,

Tratam os autos, neste momento, de questionamentos levantados preliminarmente pelo Serviço de Pagamento de Pessoal - SEPAG, em face do Despacho nº 021/2015-SEGE, a fim de dar cumprimento à Decisão nº 04/2015-AD desta Corte, quanto à incidência do teto remuneratório nos casos de acumulação de proventos/rendimentos.

2. Importante trazer à lume a orientação expressa no Despacho nº 021/2015-SEGE, visto à fl. 775:

Encaminho este Processo para conhecimento da Decisão nº 04/2015 – AD (fls. 773/774) e adoção das providências necessárias ao integral cumprimento das determinações constantes no referido decisum, bem como para o seguinte:

- a) *Dar imediato andamento aos processos individualizados de acumulação de proventos/rendimentos a fim de que tendo em vista o entendimento firmado em caráter geral pelo STF no RE 609.381, o somatório dos rendimentos/proventos seja submetido ao teto remuneratório instituído pelo art. 37, inciso XI, da Constituição Federal;*
- b) *Observar, para fins de aplicação das glosas decorrentes do somatório de rendimentos/proventos que ultrapassarem o teto remuneratório, por simetria, o contido na Instrução Normativa n.º 01/2011, da Secretaria de Estado de Administração Pública do Distrito Federal, atual Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização – SEGAD/DF, em conjunto com as Resoluções nºs 13, 14 e 42, do Conselho Nacional de Justiça, e Resoluções nºs 9 e 10, do Conselho Nacional do Ministério Público;*
(...)

3. Os questionamentos do SEPAG, às fls. 788/790, dizem respeito às seguintes situações:

- a) nos casos de servidores cedidos de outro órgão que percebam rendimentos superiores ao teto remuneratório, a base de cálculo das férias e do 13º deveria ser a remuneração com ou sem glosa;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEGE/SESVIÇO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL



b) quando da aplicação por simetria da Instrução Normativa nº 01/11 da SEAP para fins de glosas de rendimentos que ultrapassem o teto remuneratório, devem ou não ser consideradas as exceções para o somatório de rendimentos introduzidas pelas Instruções Normativas nº 100 e nº 116;

c) no caso de acumulação de pensão e proventos de aposentadoria, quais os casos deveriam ser consideradas individualmente para fins de aplicação do teto remuneratório, em vista do constante das Resoluções nº 13 e nº 14 do CNJ.

4. Em relação ao primeiro item ("a"), tem-se que nos casos de servidores cedidos de outro órgão que possuam a matrícula mais recente no TCDF, deve ser efetuada glosa nos valores excedentes ao teto constitucional quando do somatório dos rendimentos, em conformidade ao art. 5º, incisos I e II, e §§ 1º e 2º, da Instrução Normativa nº 01/11-SEAP, em observância ao disposto na Decisão nº 04/2015-AD, *verbis*:

IN nº 01/11 – SEAP

Art. 5º Na percepção cumulativa de remuneração e proventos de aposentadoria e pensões, de qualquer origem, nos termos do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, ressalvado o disposto no art. 4º desta Instrução Normativa, deverá ser considerada a soma, entre si, para efeito da aplicação do teto retribuição, efetuando-se as glosas que excederem o referido limite nas seguintes condições e hipóteses:

I – na remuneração ou provento correspondente à matrícula mais recente, quando se tratar de duas remunerações ou proventos pagos pelo Distrito Federal;

II – na remuneração ou provento pago pelo Distrito Federal, quando cumulados com remuneração ou provento pagos por qualquer outro ente da federação, desde que a matrícula correspondente ao cargo do Distrito Federal seja mais recente, descontados os valores eventualmente já glosados pelo outro ente federativo a título de teto remuneratório.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso II, o limite remuneratório a ser aplicado é o maior teto entre os vigentes nos entes federativos em que o servidor mantém vínculo.

§ 2º Quando a matrícula correspondente ao cargo ocupado no Distrito Federal for mais antiga do que a do outro ente da federação, deverá ser aplicado o limite remuneratório previsto no art. 1º desta Instrução Normativa apenas em relação ao cargo ocupado no Distrito Federal.

5. Dessa maneira, quanto ao questionamento do SEPAG acerca da base de cálculo das férias e do 13º salário nessas situações, deve-se tecer algumas considerações.

6. A Lei Complementar nº 840/11, nos arts. 91, §1º e 95, inciso II, dispõe que a base de cálculo para o terço constitucional de férias não pode exceder o teto de remuneração, bem como o 13º salário não pode ser superior a esse limite, *verbis*:

Lei Complementar nº 840/11

Art. 91. Independentemente de solicitação, é pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a um terço da remuneração ou subsídio do mês em que as férias forem iniciadas.

(...)

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo aos proventos de aposentadoria e às pensões, assim como à remuneração do servidor requisitado da

Art.6º-A O somatório de que trata esta Instrução Normativa, para efeito de aplicação do teto de retribuição, não incide nas hipóteses previstas na alínea “c”, do inciso XVI, do art. 37 da Constituição Federal, nos §§ 1º e 2º do art. 17 do ADCT e no inciso III, do art. 46, da Lei Complementar nº 840, de 23 de



dezembro de 2011, devendo o referido limite ser aplicado a cada retribuição individualmente”.

15. A IN nº 01/11, dessa forma, passou a contemplar exceções para incidência do teto remuneratório, notadamente em determinados casos de acumulação lícita previstas constitucionalmente. Nesse sentido, tendo em vista que a Decisão nº 04/2015-AD determinou a aplicação por simetria do contido na IN nº 01/11, tem-se que esta deve ser aplicada em sua redação atual, considerando as hipóteses do art. 6ª-A.

16. Ainda nesse ínterim, verifica-se que em âmbito judicial foi questionada a matéria quando da vigência da IN nº 01/09, que disciplinava a aplicação do teto constitucional no GDF anteriormente à IN nº 01/11. O Superior Tribunal de Justiça, no Agravo Regimental no Recurso em Mandado de Segurança nº 33.100-DF, decidiu a matéria no sentido de que nos casos de cumulação lícita de cargos, a remuneração de cada cargo do servidor não se submete ao teto constitucional conjuntamente, senão individualmente.

CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE, RECONSIDERANDO DECISÃO ANTERIOR, DEU PROVIMENTO A RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA - SERVIDOR PÚBLICO - CUMULAÇÃO LEGÍTIMA DE CARGOS - TETO CONSTITUCIONAL - APLICABILIDADE A CADA UM DOS CARGOS - DECISÃO MANTIDA - AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Tratando-se de cumulação legítima de cargos, a remuneração do servidor público não se submete ao teto constitucional, devendo os cargos, para este fim, ser considerados isoladamente. Precedentes.

2. Vedação ao enriquecimento sem causa.

3. Agravos regimentais não providos.

(AgRg no AgRg no RMS 33.100/DF, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/05/2013, DJe 15/05/2013)

17. Assim sendo, nos casos em que haja acumulação lícita de rendimentos/proventos, conforme as hipóteses expressas no art. 6ª-A da IN nº 1/11-SEAP, deve ser considerado a aplicação do teto remuneratório de maneira isolada.

18. Por fim, quanto à matéria referente aos casos de cumulação de remuneração/proventos com pensão por morte, tem-se que a questão está sendo tratada no âmbito do processo nº 34237/2014, em que este Serviço sugeriu a manifestação da Alta Direção desta Corte quanto ao assunto, em face da divergência do disciplinamento da matéria constante da IN nº 1/11 em relação às Resoluções nºs 13 e 14 do CNJ e nºs 9 e 10 do CNMP.

19. Ante o exposto, em face da Informação nº 788/790-SEPAG e diante da Decisão nº 04/2015-AD, sugere-se:

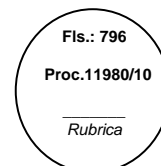
I - em relação ao primeiro item de acumulação questionado pelo SEPAG:

a) quanto ao décimo terceiro salário, seja considerada como base de cálculo a remuneração com a diferença da glosa referente ao teto constitucional, conforme o disposto nos arts. 95, inciso II, da Lei Complementar nº 840/11, c/c art. 3º da IN nº 1/11-SEAP e artigo 11 da Resolução TCDF nº 246/12;

b) quanto às férias, contemplando aqui o terço constitucional a que se refere o terço a mais do que o salário normal, na forma do inciso XVII do art. 7º da CF, além do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEGEP/SERVIÇO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL



abono pecuniário, caso haja deliberação da Alta Direção desta Corte, seja considerada como base de cálculo o valor da remuneração do cargo exercido neste Tribunal até o limite do teto constitucional, e não o saldo da glosa do teto constitucional, conforme disposto nos arts. 91, § 3º, da Lei Complementar nº 840/11, c/c art. 3º da IN nº 1/11-SEAP e artigos 9º e 10 da Resolução TCDF nº 246/12;

II – quanto ao item “b” questionado pelo SEPAG, seja aplicado o disposto no art. 6ª-A da IN nº 01/11-SEAP no tocante à incidência do teto remuneratório de maneira isolada para os casos de acumulação lícita citados no dispositivo em comento;

III – em relação ao item “c” levantado pelo SEPAG, seja aguardado o deslinde da questão suscitada no processo nº 34237/2014 quanto à manifestação da Alta Administração em face da divergência do disciplinamento da matéria referente à aplicação do teto constitucional nos casos de cumulação de rendimentos/proventos e pensão por morte, em observância à IN nº 01/11 em confronto com as Resoluções nºs 13 e 14 do CNJ e nºs 9 e 10 do CNMP.

À superior consideração.

Laís Braga Cordeiro Aquino
Analista de Administração Pública

De acordo. À SEGEP.

Paulo César Carneiro
Chefe do Serviço de Legislação de Pessoal